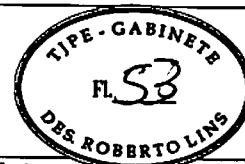




TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0321289-7 – 3ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital

Impetrante (s): Bárbara Lopes Nunes
Paciente: Marcone Rodrigues da Conceição
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador (a): Severina Lúcia de Assis
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, *CAPUT* DA LEI Nº 11.343/06). ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. NÃO ACOLHIMENTO. VERIFICAÇÃO DO TRÂMITE REGULAR DO PROCESSO. CONSTATAÇÃO DO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ALEGAÇÕES FINAIS. SUPERAÇÃO DA MATÉRIA ATINENTE AO EXCESSO DE PRAZO. SÚMULA 52 DO STJ. INEXISTÊNCIA DE NOVOS FATOS ENSEJADORES DA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. *MANDAMUS* DENEGADO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Avultando dos autos infere-se que a instrução criminal foi encerrada desde 06/02/2014, porquanto não prospera a alegação de coação ilegal por excesso de prazo, em consonância com o teor da Súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça.
2. Outrossim, finda a instrução criminal, o processo continua tramitando em ritmo regular, levando-se em conta que os autos foram remetidos ao Ministério Público em 11/02/2014, face à aposentadoria voluntária do Representante do Ministério Público que oficiava junto à 3ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital.
3. Por outro lado, inexistindo, nestes autos, notícia de novos fatos ensejadores da revogação da prisão preventiva do paciente, deve ser esta mantida.
4. *Mandamus* denegado. Decisão unânime.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0321289-7 – 3ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/____, em denegar a ordem, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 06 / 05 / 2014 .

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0321289-7 – 3ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital

Impetrante (s): Bárbara Lopes Nunes
Paciente: Marcone Rodrigues da Conceição
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador (a): Severina Lúcia de Assis
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por Bárbara Lopes Nunes, através da preambular de fls. 02 a 08, em favor de Marcone Rodrigues da Conceição, apontando como autoridade coatora a Juíza da 3ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital.

Aduz a impetrante que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, vez que configurado excesso de prazo na formação da culpa, porquanto encontra-se custodiado preventivamente desde 06/01/2013, pela suposta prática do crime tipificado no artigo 33, *caput* da Lei 11.343/06, sem previsão para a realização de audiência de instrução e julgamento.

Requer, ao final, a concessão da ordem, com a consequente expedição de alvará de soltura.

Indeferido o pleito de liminar (fls. 18/19), a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 41/44, clarificando que a prisão do paciente fora decretada como forma de garantir a ordem pública, haja vista o réu já ter sido condenado pela prática de crime de formação de quadrilha (artigo 288, CP).

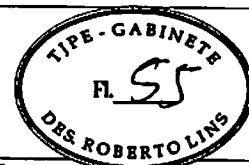
Acrescentou, por fim, que já foram realizadas todas as audiências de instrução e julgamento, encontrando-se o feito na fase de alegações finais e os autos do processo no Ministério Público, em razão da aposentadoria do membro ministerial com atuação na 3ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital.

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal ofertou o parecer de fls. 48/49, opinando no sentido da denegação da ordem, considerando que a instrução processual foi encerrada, estando o feito na fase de alegações finais, restando superada a alegação de excesso de prazo.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0321289-7 – 3ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital

Impetrante (s): Bárbara Lopes Nunes
Paciente: Marcone Rodrigues da Conceição
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador (a): Severina Lúcia de Assis
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO

Senhores Desembargadores,
Sr. (a) Procurador (a) de Justiça.

Anuncio, de prelúdio, e sem maiores digressões, que o presente writ está a merecer o desfecho da denegação, pelas razões adiante expostas.

Consoante se depreende das informações apresentadas pela autoridade impetrada às fls. 28/31, verifico inexistir qualquer excesso de prazo configurador de constrangimento ilegal, haja vista a realização da audiência de instrução e julgamento em 06/02/2014, encontrando-se o feito na fase de alegações finais.

Outrossim, esclareceu a autoridade impetrada que os autos do processo foram remetidos ao Ministério Público de Pernambuco, em 11/02/2014, face à aposentadoria voluntária do Representante do Ministério Público que oficiava junto à 3ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital.

Logo, considerando o fim da instrução criminal, é de se concluir que o alegado excesso de prazo, ainda que existisse (o que, ressalte-se, não é o caso), é matéria já não mais passível de ser impugnada, nos termos da Súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça, como bem destacou a Douta Representante do *Parquet* em seu Parecer.

Ademais, depreende-se que a prisão preventiva do paciente restou devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, correspondente ao fato de que aquele foi condenado à pena de 02 (dois) anos de reclusão pela prática do crime previsto no artigo 288 do Código Penal.

Assim, diante da relatada situação processual, e, especialmente, da notícia do fim da instrução criminal, concluo pelo trâmite perfeitamente regular da ação penal em comento, pelo que inexistente, nestes autos, qualquer excesso de prazo passível de configurar constrangimento ilegal.

Por via de consequência, e inexistindo, nestes autos, qualquer notícia de novos fatos ensejadores da revogação da segregação cautelar do paciente, deve ele permanecer preso preventivamente.

¹ "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0321289-7 – 3ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital

Dispensando-me, assim, de outras considerações, para votar em consonância com o Parecer da Operosa Procuradoria de Justiça, no sentido da denegação deste habeas corpus.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado